



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO
SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – COFEHIDRO



Rua Bela Cintra, 847 - Consolação - São Paulo-SP.

1

ATA EXECUTIVA

2

1ª. Reunião Extraordinária do COFEHIDRO de 2015.

3

4 **Data e horário:** 04 de março de 2015, às 14hs.

5 **Local:** Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.

6 Rua Bela Cintra, 847 - São Paulo-SP

7 Gabinete da SSRH - Sala dos Conselhos.

8 **Participantes (Conselheiros):**

9 **Segmento Governo do Estado de São Paulo:**

- 10 • Benedito Braga, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do
- 11 COFEHIDRO;
- 12 • Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do COFEHIDRO;
- 13 • Marcos Antonio Monteiro, Secretário de Planejamento e Gestão,
- 14 • Lurdes M. Torres, representante da Sra. Secretária de Meio Ambiente; e
- 15 • Antonio Vaz Serralha, representante do Sr. Secretário da Fazenda.

16 • **Segmento Municípios:**

- 17 • Benedito Rafael da Silva, P.M de Salesópolis (suplente);
- 18 • José Mauro Dedemo Orlandini, P.M. de Bertioga (titular);
- 19 • José Alberto Gimenez, P.M. de Sertãozinho (titular);
- 20 • Marcos Antonio Ferreira, P.M. de Patrocínio Paulista (titular); e
- 21 • Jairo da Costa e Silva, P.M de Tarumã (titular).

22 **Segmento Sociedade Civil Organizada:**

- 23 • Anícia Baptistello Pio – FIESP (titular),
- 24 • Cláudio Bedran - ONG Planeta Verde (titular),
- 25 • Paulo Roberto S. Tinel – ASSEMAE (Titular),
- 26 • Marcio Gonçalves Oliveira – ABES (suplente representando o titular).

27 **1. Abertura**

28 Benedito Braga, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do COFEHIDRO
29 agradeceu as presenças e deu início aos trabalhos. Sendo a primeira reunião de 2015 e desta
30 gestão foi procedida a apresentação de todos os Conselheiros. O Presidente comunicou que
31 dentro da filosofia de melhoria contínua há ainda espaço para aprimorar a agilidade
32 operacional do FEHIDRO oferecendo prazos mais curtos para análise e aprovação dos
33 empreendimentos e buscando melhorias também na fase executiva, para tanto a Secretaria
34 Executiva pretende paulatinamente realizar ajustes no processo corrigindo as dificuldades
35 operacionais. Na sequência solicitou a inclusão na pauta do item 4.4-Referendum à
36 Deliberação COFEHIDRO nº 150, de 26.02.2015, o que foi aprovado por todos.

37 **2. Aprovação da Ata da 1ª reunião Ordinária do COFEHIDRO, realizada em** 38 **03.12.2014.**

39 Cláudio Bedran (ONG Planeta Verde) comunicou que não recebeu convocação da reunião
40 anterior no prazo, em razão do que foi indagado se o mesmo ocorreu com os demais
41 Conselheiros, verificando-se que todos receberam a convocação. Desta forma será
42 providenciada atualização na correspondência por e-mail do Conselheiro Bedran.

43 Foi aprovada a Ata com adequações de redação solicitada pelo Secretário Executivo do
44 COFEHIDRO Rui Brasil Assis (i) na linha 37, para a redação "No exercício 2013, 5 (cinco)
45 CBHs efetuaram a cobrança pela utilização dos recursos hídricos", (ii) linha 45, identificando a
46 função de Maria Cristina Martinez "Do Departamento de Comunicação da CRHi", (iv) linha 80,
47 complementando o entendimento que não ficou claramente definido pelo encaminhamento
48 da última reunião COFEHIDRO, a fim de que a Secretaria Executiva apresente proposta
49 normativa de adequações para o gerenciamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e,
50 se necessário por entendimento do Conselho será criado um Grupo de Trabalho específico,
51 conforme solicitação do Prefeito de Tarumã Jairo da Costa e Silva, Anícia Baptistello Pio
52 (FIESP) e Cláudio Bedran (ONG Planeta Verde).

53 **3. Apresentação do Relatório de Atividades FEHIDRO 2014.**

54 Por solicitação do Presidente o assunto foi apresentado pelo Secretário Executivo que
55 informou que o Relatório tem como objetivo apresentar aspectos do desenvolvimento do
56 FEHIDRO até 31 de dezembro de 2014, constando informações de praxe como indicações
57 aprovadas, Plano de Aplicação dos recursos, os recursos financeiros pagos a título de
58 remuneração dos Agentes Técnicos e do Agente Financeiro Banco do Brasil, recursos de
59 custeio para suporte às atividades dos colegiados, entre outros dados relevantes. Foram
60 disponibilizados R\$ 43.678.230,60 para 450 empreendimentos indicados, sendo que 133
61 empreendimentos foram contratados até o dia 03 de março de 2015, e quase 10% foram
62 reprovados, detalhou ainda que dentre os contratados 35% se destinam a estudos e
63 projetos e 12% para planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos. Os repasses
64 efetivos da Secretaria da Fazenda ao FEHIDRO em 2014 totalizaram R\$ 45.133.427,74,
65 enquanto que os repasses da União, por intermédio da ANEEL foram de R\$ 51.943.544,87 já
66 descontados os tributos federais PIS/PASEP.. Sobre os recursos da cobrança pelo uso da água
67 destacou que o Alto Tietê arrecadou no primeiro ano de vigência deste instrumento
68 aproximadamente R\$ 14 milhões porque a cobrança está sendo implantada
69 progressivamente, mas quando atingir 100% do preço cheio prevê-se arrecadar R\$ 25
70 milhões, já a Baixada Santista arrecadou R\$ 9,6 milhões e está conseguindo manter índice
71 de inadimplência baixíssimo, fato que não foi verificado de maneira geral nas demais regiões
72 (PCJ, PS, SMT e BT), sendo necessário a adoção de providências sobre o assunto no âmbito

73 dos responsáveis pelas respectivas cobranças. Na planilha de apresentação dos recursos de
74 custeio passou a constar a conta SECOFEHIDRO 2 que se destina a apoiar viagens de
75 técnicos de todo SGRH para cuidar dos interesses do Estado no âmbito do Sistema Nacional
76 de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Após entendimentos com o Agente Financeiro Banco
77 do Brasil foi possível incluir no Relatório planilha de situação dos tomadores inadimplentes
78 totalizando 53 empreendimentos de 42 tomadores além de detalhar com classificação unitária
79 por inadimplência técnica, inadimplência financeira, inscritos no CADIN, ação judicial e
80 liminar. Após o parcelamento da dívida o tomador que não cumprir o acordo deverá devolver
81 ao Fundo os valores repassados e o Agente financeiro será responsável pela cobrança tanto
82 na via administrativa como judicial.

83 Sendo aberta a palavra para participação dos Conselheiros, Marcio Gonçalves (ABES)
84 destacou a elevada porcentagem de 40% (no conjunto de empreendimentos ainda em
85 análise nos Agentes Técnicos) de aporte para estudos e projetos. O Secretário argumentou
86 que é uma característica do FEHIDRO e que tais empreendimentos, uma vez concluídos,
87 possibilitam alavancar recursos não só do FEHIDRO mas de diversas outras fontes e assim
88 constituem potencial geração de benefícios concretos. Os conselheiros solicitaram corrigir a
89 planilha de situação dos tomadores inadimplentes devendo constar também uma coluna com
90 o valor do empreendimento.

91 Cláudio Bedran reclamou que há dificuldades no relacionamento e no diálogo com o Agente
92 técnico CBRN para ajustes técnicos nos projetos. O Presidente lembrou que no início da
93 reunião reconheceu que há espaço para o aprimoramento da gestão do Fundo,
94 complementou dizendo que de maneira geral trabalharão no sentido de que esse tipo de
95 problema desapareça completamente na relação entre os Agentes Técnicos e os tomadores.
96 O Secretário Executivo lembrou, conforme apresentado na última reunião COFEHIDRO e
97 também a do CRH, que o sistema de informações está sendo completamente remodelado e
98 futuramente serão visíveis as melhorias na gestão.

99 Após as discussões o Relatório de Atividades FEHIDRO 2014 foi submetido aos Conselheiros e
100 aprovado.

101 **4. Deliberações:**

102 **4.1 - Referendum à Deliberação COFEHIDRO No. 147, de 29. 01.2015 "** 103 **Aprova a minuta do contrato entre a Secretaria de Saneamento e Recursos** 104 **Hídricos e o Banco do Brasil S/A para exercer as funções de Agente** 105 **Financeiro do FEHIDRO"**

106 O Presidente solicita ao Secretário a apresentação da Deliberação, o qual informa que os
107 recursos de aplicação financeira do FEHIDRO e os da cobrança pelo uso da água são
108 depositados no Agente financeiro Banco do Brasil conforme estabelecido em contrato do
109 Governo do Estado de São Paulo com o Banco do Brasil com validade até março de 2019 pelo
110 valor de R\$ 30 milhões considerando os valores anuais depositados dos recursos FEHIDRO e
111 os valores da cobrança pelo uso da água e, que tendem a se elevar conforme forem
112 instituídas cobranças nas demais UGRHIs. Todas as operações realizadas desde o segundo
113 semestre de 2014 quando se encerrou o contrato até o final do mês de janeiro serão
114 formalizadas. As remunerações dos Agentes técnicos e do Agente financeiro devem ser
115 aprovadas por Deliberação do COFEHIDRO amparado pelo Decreto estadual nº 48.896, de 26
116 de agosto de 2004.

117 Antonio Vaz Serralha (Secretaria da Fazenda) teceu comentário sobre a Cláusula 4ª item 8
118 referente ao contrato com o Agente financeiro, que em conversação com o Gerente do Banco
119 do Brasil o fundo de aplicação dos recursos financeiros não é o que tem a melhor taxa de

120 remuneração, porém o Banco tem que optar por uma vertente de aplicação mais
121 conservadora. André Medeiros (CRHi/FEHIDRO) corroborou esclarecendo que no passado
122 quando da mudança do Agente financeiro também fizeram o mesmo questionamento, mas
123 pelo entendimento do Banco do Brasil o montante deveria ser aplicado no fundo estabelecido
124 pelo contrato específico para o setor público. O Secretário esclareceu que o Gerente do Banco
125 do Brasil deixou claro que há obrigatoriedade de aplicação em investimento conservador. O
126 Presidente considerou que decidir sobre as melhores taxas de um fundo de investimentos é
127 uma tarefa complexa visto que no presente se apresenta um cenário econômico, mas nunca
128 se tem certeza como estará o cenário no dia seguinte, o importante é que os recursos
129 tenham rentabilidade dentro de um padrão de segurança. Lembrou que o objetivo dos
130 recursos do FEHIDRO é fornecer apoio a projetos e não a especulação financeira. O Prefeito
131 de Sertãozinho José Alberto Gimenez se manifestou não se sentindo confortável para aprovar
132 como conselheiro. O conselheiro Serralha sugeriu que a Secretaria Executiva faça contato
133 com a Secretaria da Fazenda para terem clareza do que foi definido como padrão a ser
134 indicado para os fundos de investimento. A matéria foi submetida à votação e aprovada,
135 ficando a Secretaria Executiva encarregada de encaminhar os esclarecimentos sobre o tema à
136 Secretaria da Fazenda.

137 **4.2 - Deliberação COFEHIDRO No. 148, de 04.03.2015 “Prorroga início de**
138 **empreendimentos contratados”.**

139 Na apresentação do assunto o Secretário justificou a existência de muitos empreendimentos
140 do setor público, com duração maior que doze meses, cujos tomadores não têm possibilidade
141 de demonstrar recursos de contrapartida que estariam alocados em orçamentos de exercícios
142 futuros, desta forma visando praticar o princípio da isonomia a proposta é no sentido de
143 prorrogar a data limite para início da execução dos empreendimentos constantes do anexo
144 para até 31 de dezembro de 2015. Acrescentou que o simples cancelamento resultaria em
145 retrabalho para diversas instâncias e que a retomada dos mesmos empreendimentos, se
146 reindicados para financiamento, demandaria prazo superior a um ano. Submetida à votação a
147 Deliberação foi aprovada.

148 **4.3 - Deliberação COFEHIDRO nº 149, de 04.03.2015 “Dispõe sobre o Plano de**
149 **Aplicação de Recursos do FEHIDRO para 2015 e dá outras providências”.**

150 O Secretário procedeu à apresentação da minuta de Deliberação da qual consta que o valor
151 líquido de recursos a serem distribuídos para 2015 de R\$ 54.720.922,54. Na sequência, o
152 Secretário menciona a especificidade do ano de 2015 com terrível escassez hídrica que
153 resultou no aumento da importância das informações hidrológicas e propôs algumas emendas
154 ao texto: (i) realocar recursos não utilizados na quantia de R\$ 430.000 para rede de
155 monitoramento hidrológico do DAEE, CETESB e Instituto Agrônomo de Campinas-IAC, (ii)
156 nova redação para o Artigo 6º, baseando-se em estudo estatístico com dados dos últimos
157 cinco anos dos empreendimentos indicados, onde foi constatado que o valor mínimo dos
158 empreendimentos considerando a totalidade dos CBHs ainda é muito baixo, e para tanto
159 como medida saneadora foi proposto valor mínimo para empreendimento não estrutural R\$
160 150.000,00 e para estrutural R\$ 300.000 com o objetivo de atender às prioridades do Plano
161 Estadual de Recursos Hídricos e as necessidades regionais de cada bacia hidrográfica. A
162 proposta se baseia em simulação tendo como premissa atingir meta de redução de 30% no
163 número de empreendimentos indicados, minimizando a pulverização dos recursos e o
164 trabalho gerado para administração do Fundo e contribuindo para evitar os atrasos na
165 tramitação dos empreendimentos; (iii) Artigo 7º recomendando providências prévias às
166 indicações e de acompanhamento das respectivas execuções; (iv) criação de uma “reserva
167 para operações com retorno” destinada a apoiar empreendimentos que visem a redução das
168 demandas de água com o objetivo de mitigar a escassez hídrica, mediante definição de uma
169 modelagem operacional específica a ser proposta ao Conselho sendo citados alguns

170 exemplos de empreendimentos dentro desse escopo: instalação de medidores individuais em
171 condomínios que são grandes consumidores de água; modernização de equipamentos de
172 irrigação de usuários agrícolas; ações de reuso e uso racional da água em processos
173 industriais; aproveitamento de água de chuva; perfuração de poços profundos etc. A referida
174 reserva seria constituída pelo saldo de recursos disponibilizados no exercício anterior e não
175 utilizados, sendo que os retornos dos financiamentos, quando ocorrerem, deverão ser
176 destinados às subcontas dos colegiados de origem.

177 O Presidente abriu a palavra para as considerações dos Conselheiros. O Prefeito Gimenez
178 disse que seria o momento oportuno para cortar despesas de custeio e aumentar os recursos
179 de investimento, considerando inclusive que o valor destinado para custeio da rede de
180 monitoramento da CETESB atinge cerca de R\$ 10 milhões e, portanto, o valor proposto para a
181 nova conta de custeio no valor de R\$ 430 mil, destinado a três entidades e não somente à
182 CETESB seria praticamente inócuo. O Presidente considerou que deveriam proceder a uma
183 análise histórica e que as condições de verba disponibilizadas entre os órgãos de Estado eram
184 diferenciadas e deveriam ser consideradas. Ressaltou ainda a importância do monitoramento
185 hidrológico, principalmente neste momento de crise hídrica. Considerou também que os
186 recursos de custeio são vitais para o bom funcionamento e agilidade dos colegiados, porém
187 solicitou que a Secretaria Executiva analise a possibilidade de cortar ainda mais o recurso de
188 custeio. O Conselheiro Serralha considerou que o aporte somando-se os valores já disponíveis
189 de exercícios anteriores (R\$ 430 mil, conforme Relatório de Atividades) totalizaria um valor
190 expressivo de R\$ 860 mil, bem apropriado para o ano atípico de escassez hídrica
191 considerando imprescindível a manutenção da rede de monitoramento hidrológico. Cláudio
192 Bedran demonstrou preocupação quanto à obtenção, fornecimento e qualidade de dados
193 atualizados da rede hidrológica, principalmente nos afluentes dos maiores rios na região do
194 Baixo Tietê. A Conselheira Anícia (FIESP) demonstrou preocupação conceitual na abertura de
195 uma conta de custeio alocando diretamente recursos para órgãos do Estado, sendo que
196 apesar do momento caracterizar como condição fundamental o monitoramento hidrológico
197 com tal atitude o Conselho poderia para o futuro abrir a porta para novas exceções. O
198 Presidente considerou compreensiva a preocupação da Conselheira, mas expressou
199 claramente que se tratava de situação tópica. Lembrando aos Conselheiros que em sua
200 gestão promoverá estudo para a reformulação geral do FEHIDRO aprimorando a gestão. O
201 tema valores mínimos para projetos foi amplamente debatido. O Prefeito Gimenez
202 demonstrou preocupação quanto ao piso estabelecido considerando na análise principalmente
203 os municípios menores, com o que concordou Cláudio Bedran, considerando que deveriam
204 ser respeitadas as especificidades de cada município, principalmente os menores. Marcos
205 Monteiro, Secretário de Planejamento e Gestão, expressou que a medida tende a favorecer a
206 boa gestão, principalmente no aspecto de exercer maior controle sobre a eficácia dos
207 projetos, o que deveria se caracterizar como objetivo essencial para o financiamento de ações
208 apoiadas pelo FEHIDRO. O Presidente considerou que a medida também seria uma
209 sinalização para os tomadores desenvolverem ações buscando a real eficácia dos projetos, e
210 que a probabilidade de um pequeno projeto demonstrar eficácia para atender a problemática
211 de uma bacia hidrográfica é menor do que a de um projeto maior, citando como exemplo os
212 projetos de Educação Ambiental com amplitude regional. Claudio Bedran exemplificou
213 situações, entre elas as burocráticas, que na prática inviabiliza projeto de Educação Ambiental
214 regional. Marcio Gonçalves (ABES) destacou que foram apresentados projetos importantes de
215 poço tubular profundo cujos tomadores eram pequenas Prefeituras por valor menor que R\$
216 300 mil. Paulo Tinel (ASSEMAE) propôs o piso de R\$ 100 a 150 mil e R\$ 400 mil para obras
217 estabelecendo prazos para execução dos projetos. Os debates prosseguiram, sendo
218 defendido pelo Conselheiro Gimenez a discussão do assunto no próximo exercício. Sobre o
219 assunto a maioria solicitou que constasse da proposta o piso para empreendimentos não
220 estruturais incluindo a perfuração de poços profundos no valor de R\$ 150 mil; para projetos
221 estruturais o valor de R\$ 300 mil; e a previsão de que cada colegiado poderá indicar até 2

222 empreendimentos com valor mínimo de R\$100 mil; e que cada tomador somente poderá
223 apresentar novo projeto não estrutural desde que projeto já contemplado em exercício
224 anterior demonstre efetivamente que está implantado ou em fase de execução.

225 Sobre o estudo para definir modelagem operacional específica para utilização da reserva
226 financeira proposta o Conselheiro Gimenez propôs execução de estudo para ser
227 implementado somente no ano de 2016 em caso de concordância do Conselho. Após debates
228 foi proposta a redação do artigo 8º para tratar do tema, explicitando que caso essa
229 modelagem, a ser apreciada na próxima reunião não seja aprovada, os colegiados poderão
230 utilizar os recursos para indicação de empreendimentos constantes de carteira de suplentes.
231 Também foi solicitado que o prazo limite para as indicações dos colegiados em 2015 seja até
232 17/07/2015. Após amplo debate, a proposta com as adequações colocadas, foi colocada em
233 votação com a presença de 11 Conselheiros com direito a voto, obtendo 6 votos favoráveis, 3
234 votos contra e 2 abstenções.

235 **4.4 - Referendum à Deliberação COFEHIDRO No. 150, de 26. 02.2015 “Restaura o**
236 **Contrato FEHIDRO nº 077/2004, e retira suas Inadimplências Técnica e**
237 **Financeira”** - Após as devidas explicações do Secretário Executivo o assunto foi colocado
238 em votação pelo Presidente e aprovado por unanimidade.

239

240

241 **Benedito Braga**
242 Presidente do COFEHIDRO

243 **Rui Brasil Assis**
244 Secretário Executivo do COFEHIDRO